

Entrevista

A defesa e a segurança pública no Sul Global: governança, capacidades, autonomia e gestão estratégica

Augusto César Dall’Agnol^I 
José Renato Ferraz da Silveira^{II} 

^ISenior Customer Strategy Manager, Parametric Technology Corporation , Boston, EUA
^{II}Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

Resumo

A entrevista concedida por Augusto C. Dall’Agnol à InterAção oferece uma análise profunda e estratégica sobre os desafios da defesa e da segurança pública no Sul Global, destacando os impactos da fragmentação institucional, os limites da militarização da segurança interna e a necessidade de construção de capacidades estatais duradouras. Ao longo da entrevista, o autor demonstra como a ausência de coordenação entre forças armadas, polícias, sistemas de inteligência e estruturas civis compromete a eficiência do Estado, enfraquece mecanismos democráticos de controle e amplia zonas de ambiguidade institucional. O debate também enfatiza a importância do planejamento estratégico de longo prazo, da profissionalização das burocracias civis e da articulação entre defesa, política industrial, ciência, tecnologia e autonomia estratégica. Dall’Agnol argumenta que a consolidação de políticas eficazes depende da capacidade do Estado de transformar defesa e segurança em políticas permanentes de Estado — e não apenas respostas conjunturais submetidas às pressões eleitorais e à volatilidade política. Outro eixo central da entrevista reside na análise das relações civil-militares e nos desafios impostos pela importação de modelos externos de segurança pública e defesa para contextos marcados por desigualdade, fragmentação administrativa e instituições frágeis. O autor sustenta que soluções importadas, quando desconectadas das realidades sociais e institucionais locais, tendem a produzir resultados limitados e frequentemente aprofundam problemas estruturais já existentes. Com sólida fundamentação teórica e forte capacidade analítica, a entrevista contribui de maneira significativa para os debates contemporâneos sobre governança, soberania, capacidades estatais e segurança no Sul Global, reafirmando a importância de pensar defesa e segurança pública a partir das especificidades históricas, institucionais e estratégicas das sociedades periféricas.

Palavras-chave: Sul Global; Segurança pública; Capacidades estatais; Governança; Relações civil-militares

1. Em que medida a fragmentação institucional entre forças armadas, polícias e outros órgãos de segurança compromete a construção de capacidades estatais eficazes?

Quando se observa o impacto da fragmentação institucional na defesa e segurança pública, torna-se evidente que o Estado enfrenta dificuldades para garantir proteção, direitos e previsibilidade em todo o território. Eu observo nessa fragmentação um efeito direto sobre a coordenação operacional e sobre a circulação de informações, o que torna as respostas do Estado menos ágeis e às vezes contraditórias. Outro aspecto relevante é o enfraquecimento das regras comuns e autoridade civil capaz de coordenar e responsabilizar o uso da força, já que cada órgão tende a agir segundo lógicas profissionais próprias, com regras e práticas de uso da força, formação e cultura organizacional que frequentemente não se complementam. Essa dispersão decisória reduz o controle civil e dificulta a responsabilização democrática, criando espaço para que as instituições se isentem do próprio papel e transfiram responsabilidades entre si.

Ao analisar as missões desempenhadas por forças armadas e polícias, percebe-se que as diferenças históricas de atuação intensificam o problema. A polícia opera segundo uma lógica de proximidade, investigação e uso calibrado da força, focando na preservação de provas e contato direto com a população. Já as forças armadas atuam com base em comando hierárquico e emprego pontual de força letal. Em diversos países latino-americanos, as ameaças híbridas evidenciam uma lacuna entre o tipo de ameaça e as capacidades disponíveis em que polícias não conseguem responder adequadamente aos desafios violentos e militares acabam sendo mobilizados para funções para as quais não foram concebidos. Parece-me que isso prolonga soluções improvisadas e amplia o uso de missões internas pelos militares, sem enfrentar déficits estruturais em polícia, inteligência e justiça.

A fragmentação institucional pode criar um vazio que se manifesta em polícias frágeis e pouco coordenadas e na atribuição de funções incompatíveis aos militares

em regimes democráticos. Eu entendo que isso mostra a dificuldade do Estado em formar instituições intermediárias capazes de lidar com a violência organizada, sem recorrer sistematicamente à militarização. O recurso frequente às forças armadas acaba por encobrir limitações do aparato estatal.

Quando as fronteiras entre defesa e segurança pública permanecem indefinidas, observa-se uma diminuição da eficiência institucional e a transferência de práticas militares para o âmbito policial. Esse movimento amplia áreas de ambiguidade jurídica e operacional. Ainda que a cooperação entre militares e polícias seja legítima, considero que combinar doutrinas distintas em contextos marcados por fragmentação e supervisão civil limitada tende a favorecer situações de abuso e impunidade.

Não se pode afirmar que toda fragmentação prejudica a capacidade estatal, pois a diferenciação institucional é característica de democracias complexas. O desafio surge quando faltam coordenação, delimitação de missões, interoperabilidade, supervisão civil e integração com o sistema de justiça, o que compromete o funcionamento do aparato coercitivo. A especialização de funções pode ser vantajosa, mas nos Estados do Sul Global, prevalece uma diferenciação associada a baixos níveis de coordenação e accountability. Esse quadro produz uma heterogeneidade desarticulada e enfraquece a resposta do Estado diante de ameaças à ordem pública.

2. Como os Estados do Sul Global podem estruturar processos de planejamento de longo prazo em defesa e segurança diante de pressões políticas imediatas e ciclos governamentais curtos?

O desenvolvimento de um planejamento de longo prazo em defesa e segurança nos Estados do Sul Global depende de tornar o processo uma função sustentada do Estado, capaz de superar limitações impostas por ciclos políticos e volatilidade institucional. Considero que, apesar das pressões do calendário eleitoral, construir capacidades em áreas como defesa, segurança, formação de quadros, base industrial ou inteligência exige investimento continuado, o que se torna viável quando o

planejamento deixa de ser episódico e passa a ser institucionalizado.

Para que isso aconteça, é fundamental distinguir o planejamento estratégico de respostas pontuais. O fortalecimento de instrumentos como políticas nacionais, estratégias e planos de capacidades, acompanhado da publicação de documentos com periodicidade definida e mecanismos de financiamento plurianual, contribui significativamente para estabilizar objetivos e preservar memória institucional.

O Ministério da Defesa desempenha papel central nesse processo ao articular orientação política com execução programática. A direção civil, amparada por um corpo técnico qualificado e estável, favorece a coordenação entre as forças, reduz vulnerabilidades decorrentes de agendas corporativas e aproxima defesa de outras áreas estratégicas, como política externa e desenvolvimento industrial.

A estabilidade administrativa e a profissionalização das burocracias são decisivas para garantir a continuidade do planejamento, independentemente da alternância partidária. O desempenho mais consistente está associado à presença de burocracias profissionalizadas, à coordenação intersetorial e a arranjos institucionais que reduzem descontinuidades. Minha leitura é de que é crucial que o Estado forme capacidade técnica própria e, ao mesmo tempo, mantenha interlocução com a sociedade, o setor produtivo e a comunidade epistêmica, ampliando sua capacidade de adaptação e inovação.

O envolvimento de comunidades técnicas civis, escolas de governo, centros de estudos estratégicos, instituições de ciência e tecnologia, além de atores industriais e acadêmicos, ajuda a evitar que o planejamento fique restrito ao topo político ou às corporações armadas. O sucesso de processos de transformação estatal resulta da interação entre coerência burocrática e enraizamento social, condição indispensável para a autonomia estratégica.

A coordenação interagências é outro elemento essencial, já que políticas de defesa e segurança envolvem diferentes órgãos e setores. O planejamento de longo prazo deve ser construído como uma rede governada, na qual responsabilidades são

distribuídas e mecanismos de decisão e de resolução de conflitos mantêm coerência entre as instituições. A ausência desse desenho institucional faz com que cada órgão siga sua própria lógica, dificultando a visão estratégica do Estado.

Em muitos países do Sul Global, desafios como dependência externa impedem a consolidação de capacidades duráveis. A articulação entre defesa, política industrial, ciência e tecnologia e formação de recursos humanos é fundamental para superar limitações, integrando base industrial, manutenção, cadeia logística e absorção tecnológica ao planejamento de longo prazo.

Garantir estabilidade institucional passa também pela construção de consenso político mínimo. Em ambientes polarizados, interesses permanentes como proteção territorial, resiliência de infraestruturas críticas, soberania de dados e capacidade de resposta a emergências complexas devem servir de referência para o planejamento. O dissenso partidário, quando ocorre dentro de um quadro estratégico relativamente compartilhado, fortalece a legitimidade das políticas e ajuda a evitar redefinições constantes de missão e prioridades.

3. De que forma a relação civil-militar influencia a formulação e implementação de políticas de defesa e segurança nesses contextos?

A interação entre civis e militares nos processos de defesa e segurança no Sul Global vai além da simples distribuição de tarefas, sendo o espaço principal para definir decisões políticas, organizar estruturas institucionais e legitimar o uso da força. Entendo que o equilíbrio dessa relação permite que diretrizes políticas se traduzam em ações concretas, enquanto o profissionalismo das forças armadas sustenta a execução das missões. Quando o Estado consegue unir setores diversos e manter uma administração estável, abre caminho para adaptação constante diante de novas ameaças, sem perder o foco em objetivos estratégicos de longo prazo.

Esse cenário revela um campo de influência onde civis, militares e sociedade se relacionam de maneira instável, permitindo indefinições na atribuição de missões,

especialmente em situações de emergência interna que exigem respostas rápidas. A estabilidade institucional depende de acordos mínimos entre esses grupos, essenciais para preservar a integridade das políticas e evitar que conflitos partidários comprometam o planejamento estratégico. A atuação de comunidades técnicas, centros de estudo e burocracias profissionais fortalece a tomada de decisão, protegendo-a de interesses corporativos ou de agendas momentâneas, ao mesmo tempo que se apoia numa base técnica e social legitimada.

A definição dos limites entre defesa e segurança pública é fortemente moldada pela qualidade da relação civil-militar, influenciando prioridades e distribuição de recursos. Quando surgem ameaças não convencionais e as fronteiras entre guerra e policiamento se tornam difusas, considero fundamental integrar inteligência, logística, orçamento, indústria e diplomacia. Em situações onde essa integração falha, as forças armadas tendem a agir de forma mais autônoma e a articulação das políticas públicas enfrenta obstáculos significativos.

Durante a implementação das políticas, a falta de coordenação e de capacidade técnica nos ministérios civis favorece o protagonismo militar, levando a decisões baseadas em interesses corporativos e dificultando a cooperação entre diferentes setores. A legitimidade do uso da força e a estabilidade institucional dependem de mecanismos de supervisão civil, do reconhecimento social das burocracias e de instrumentos legais e financeiros que garantam previsibilidade. O controle democrático e a transparência estão diretamente ligados à participação militar em questões de segurança interna, sobretudo em contextos onde as funções e responsabilidades não estão claramente definidas e os mecanismos de controle são frágeis.

A influência da relação entre civis e militares sobre as políticas de defesa e segurança no Sul Global aparece na construção de autoridade política, na organização institucional e na consolidação da autonomia estratégica. O desafio é tornar planejamento e execução funções permanentes e integradas, capazes de sustentar trajetórias de desenvolvimento estatal, industrial e tecnológico, legitimadas pelo

controle democrático e pela participação de atores técnicos e sociais. Isso depende de um ambiente institucional menos suscetível à alternância, ao imprevisto e à dispersão decisória, tornando o Estado um agente de proteção e previsibilidade para a sociedade.

4. Em que medida modelos importados de segurança pública e defesa são compatíveis com as realidades institucionais e sociais do Sul Global?

A adoção de modelos de segurança pública e defesa nos países do Sul Global exige uma análise cuidadosa sobre como esses paradigmas se encaixam nas instituições e nas dinâmicas sociais existentes. A eficácia não depende apenas da implementação de práticas estrangeiras, pois cada sociedade apresenta desafios próprios. Eu vejo mais resultado quando o Estado consegue alinhar essas iniciativas ao contexto político, à legitimidade junto à população e às competências e recursos já existentes. Experiências externas, quando não dialogam com instituições em funcionamento, legados históricos e dinâmicas sociais próprias, enfrentam obstáculos para produzir resultados concretos. A trajetória institucional de cada país, marcada por escolhas iniciais e rotinas estabelecidas, tem impacto direto na possibilidade de mudanças profundas, tornando o encaixe institucional um requisito incontornável. Em ambientes onde fragmentação administrativa e desigualdade territorial são presentes, modelos desenhados para Estados com burocracias sólidas e sistemas de justiça eficazes tendem a gerar resultados limitados.

A difusão internacional de práticas de segurança, como policiamento comunitário ou gestão orientada por resultados, é frequentemente acompanhada por expectativas de convergência institucional. Porém, sem burocracias profissionais, sistemas de informação confiáveis e mecanismos efetivos de responsabilização, essas iniciativas acabam por criar convergências formais, sem correspondência prática. Parece-me decisivo traduzir a política para rotinas de gestão, integrar órgãos e adaptar o desenho às condições específicas, para evitar que estruturas avançadas virem apenas sinalização de legitimidade internacional, sem impacto real. A adoção

de métricas e doutrinas sofisticadas, sem coordenação diária, manutenção logística e suporte técnico adequado, revela-se insuficiente para atender às demandas locais.

Na América Latina, evidências mostram que reformas inspiradas em modelos externos podem não se alinhar com as realidades políticas e sociais do continente. O sucesso dessas iniciativas depende da existência de coalizões políticas favoráveis e de preferências sociais compatíveis, já que boas práticas não conseguem por si só superar conflitos de interesse, incentivos eleitorais ou legados autoritários. A legitimidade e a sustentabilidade das reformas se fortalecem quando as burocracias ganham base social, quando setores produtivos e técnicos se conectam e quando as mudanças dialogam com interesses permanentes da sociedade.

O tipo de ameaça enfrentada no Sul Global frequentemente não se encaixa nos paradigmas clássicos de guerra ou policiamento civil. Situações complexas, como crime organizado armado e violência urbana, exigem respostas que vão além da simples importação de modelos. A militarização da segurança pública, sem reformas estruturais nas polícias, tende a gerar respostas inadequadas e configurações híbridas que não resolvem os problemas de fundo. Eu entendo que definir missões, delimitar funções e fortalecer supervisão civil é o que ajuda a garantir coerência e evitar improvisações nas políticas.

A sustentabilidade das políticas públicas de segurança e defesa depende da capacidade de combinar competência burocrática com enraizamento social. Modelos que ignoram a base industrial, tecnológica e administrativa local perdem força ao longo do tempo. Manter práticas contínuas, instrumentos legais e coordenação entre órgãos é indispensável para consolidar capacidades duráveis e ampliar autonomia estratégica.

Autoria

1 Augusto César Dall'Agnol

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria; Mestre e Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Senior Customer Strategy Manager

a.agnol@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6658-4470> • <http://lattes.cnpq.br/1995480416552489>

2 José Renato Ferraz da Silveira

Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Graduado em História na Universidade Luterana do Brasil; Mestrado em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutor em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor jreferraz@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7751-7583> • <https://lattes.cnpq.br/4118982709248739>

Entrevistado por:

José Renato Ferraz da Silveira, Editor-Chefe

Como citar esta entrevista

DALL'AGNOL, A. C.; SILVEIRA, J. R. F. A defesa e a segurança pública no Sul Global: governança, capacidades, autonomia e gestão estratégica. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e96649, p. 1-9, jun. 2026. DOI 10.5902/1980509896649. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797596649>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.